

*M*  
ra do Município. lembrou que da Tribuna da Casa o Prefeito afirmara que obedeceria a decisão da "justiça" quanto aos "pontos", e que não poderia, da mesma forma, também não cumprir a promessa de pagar salários dignos aos funcionários Municipais. Quanto a Menção em homenagem autorizando para o Executivo firmar convênios, disse que a Câmara fizera muito bem em rejeitar o parecer de constitucionalidade, pois não podia dar um "cheque em branco" ao Prefeito, lembrando a autorização dada pelo Páramo para emissão monetária do Dregamento, diminuindo assim, as prerrogativas do Legislativo, e deixando registrada de seu protesto encerrou seu discurso. Não havendo mais oradores para uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou o presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada nos termos em que produz seus efeitos legais.

*M*  
*Trigo*  
*Summit*

Ata da Sessão Extraordinária  
Plenária Ordinária do Primeiro  
Período Legislativo da Câmara  
Municipal de Cabo São  
Joaquim no dia 29 de junho  
de 1993 mil novecentos e  
noventa e três.

As dezessis horas, do dia vinte e nove de  
junho de mil novecentos e noventa e três (1993)  
Ab a Presidência do Ven. Carlos da Rocha

Mendes e com a ocupação da Summa Secretaria pelo Vereador Ulisses Pereira da Silva, quem se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adalberto Pinto de Andrade, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos de Cavalheiro Soudade, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Bay Silva da Rocha, Aires Bessa de Siqueira, Carlos Roberto Nequima dos Santos, Dirlei Pereira da Silva, Eduardo Pereira Kitar, Ivan Luiz de Araújo, José Oscar Elias, Leon Aquino Schwartz, Luiz Antônio de Melo Cotias, Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira e Sílvia Rodrigues Bento. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da Sessão da Segunda Reunião Ordinária de Summa Secretaria Legislativa. Após cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente pediu ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que contém do seguinte: Projeto de lei nº 037/93 - Mensagem Executiva nº 012/93, assunto Define uma nova política salarial para o funcionalismo público. Projeto de lei nº 036/93 - Vereador Antônio Carlos Pereira da Cunha, assunto Denomina Praça Chaves de Souza (Ceciv) a praça localizada na confluência da Avenida Santo Riberio Lantim com Avenida Greber, em Maranguinhos, Associação do Buzios. Não havendo mais matérias para se serem lidas no Expediente, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos ao segmento dedicado ao uso da Sessão para os Vereadores inscritos em

Am

Urto próprio. Ocupou a Tribuna como primeiro orador inscrito, o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, com o seguinte pronunciamento: O departamento prestado pelo Biólogo Ricardo Coutinho, do Instituto de Água, naquela data, a CEI do Projeto Serras, quando destacou a importância da preservação ambiental do complexo da lagoa de Araruama e dos deboramentos na área social, considerando fundamental a participação do Dr. Ricardo Coutinho e que os demais Vereadores deveriam ouvir a fita, pois toda a sessão da CEI fora integralmente gravada. Falou a seguir do seu envolvimento com a população rural do Município, quanto a demarcação de áreas após o Governo Municipal ter praticado ato de desapropriação. Disse que por suas ações, defendendo o lavrador, havia sido acusado de incitar invasões esclareceu que havia sido procurado antes por trabalhadores de Campos Novos, que após exigirem cercas para demarcação de áreas, começaram a ter problemas com o Governo Municipal, especificamente com a Secretaria Municipal de Aquicultura. Disse que a sua atividade em Campos Novos fora de, primordialmente, não definir como invasões, pois as que notoriamente tinham direito, como era o caso da viúva do líder Sebastião Iom, que estava em Campos Novos há vinte e três anos e que tais questões tentara esclarecer junto ao Governo Municipal, pois não se tratava de invasões, mas tentativa do trabalhador em regularizar uma situação injusta para eles, visto as ações de "giziteiros" sempre em

purgando cercas, ou queimando, e assim o  
gado acabava com as lavagens. Disse que  
as acusações contra o Pt e contra sua pecha  
partiam de pessoas irresponsáveis que emi-  
tiam opiniões sobre assuntos que concernem  
a substituição, exigia-se respeito para com o  
trabalhador rural. Registrou como fato la-  
mentável, o prefeito ter se reunido apenas  
com representantes do INCRA, não recebendo  
na audiência, os trabalhadores rurais ou  
o sindicato, pois o que seria discutido entre  
o Governo Municipal e o INCRA era de interesse  
maior da comunidade rural de Campos No-  
vos, inexplicavelmente, sem permissão para  
participarem. Não havendo mais oradores  
inscritos o uso da Tribuna, o Senhor Presi-  
dente conduziu os trabalhos ao segmento dedica-  
do a Ordem do Dia nesta etapa foram  
apreciadas as seguintes matérias: Incami-  
nhadas para a Comissão de Constituição e Jus-  
tiça, os Projetos de Lei nº 036 e 039/93. Termi-  
nada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente  
franqueou a Tribuna aos Vereadores que  
quissem fazer uso para Explicação Pessoal.  
Ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal, o  
Vereador. Agosto. Ao supervisionar a trans-  
crição desta Ata, o Senhor Primeiro Secretário  
constatou que o segmento dedicado ao uso  
da Tribuna, fora truncado, na fala do Ve-  
reador Alfredo Luiz da Rocha Barreto e as-  
sim, solicitou à Secretária que concluísse a  
transcrição do segmento dedicado a Tribu-  
na, com a continuação do discurso do  
Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto e a

seguiu, da continuidade ao pagamento de acordo a Ordem de Via, Continuação do do curso do Venador Alfredo Luiz da Rocha Barreto: "... Relatou que não sendo resolvida a questão na reunião de sexta-feira, uma outra foi definida com representantes do INCR no dia anterior, mas lamentavelmente, a Prefeitura não se fizera representar, o que empia opinião deixava preocupações, pois o documento que a Prefeitura afirmava ter do INCR, para ocupar a área desapropriada, ainda não fora exibido. Ressequindo, disse que de acordo com informações do INCR, tal documento não existia, e fazia a denúncia visto sua preocupação de no futuro, aparecer um papel vindo de Brasília ou de qualquer outro lugar definindo a propriedade daquela terra, quando todos podiam constatar, mesmo os menos versados em assentamentos ou reforma agrária, que aquela terra era dos trabalhadores. Comentou a seguir sobre o im passe estu a Serlago e os professores, com a fundação alegando falta de recursos para pagar a reajuste reivindicado pelos profissionais, e com o estudante também sem condição de pagar o que vinha sendo cobrado em termos de mensalidades. Salou ainda, que na reunião fora abordada a questão de acordos, que segundo os alunos, não estavam sendo cumpridos pela Direção de Serlago, com referência a índices de reajustes. Disse ter dirigido apelo para que os estudantes fizessem o problema para uma discussão mais ampla, com a participação maior, in-

clusão das Prefeituras da Região. Quanto a participação maior do legislativo através de EPs, disse que muitas dúvidas eram levantadas quanto às finanças das vilas e havia tentado deixar a ideia de que por si só, EPs alguma seria capaz de resolver a situação, e que o mais importante era uma discussão mais ampla a respeito também da qualidade do ensino. Colocou-se a disposição do D.C.E. da faculdade, na busca de soluções para que o impasse fosse rompido harmonicamente. falou a seguir que o PT havia resolvido assinar uma petição pública mais contundente com relação ao Governo José Bonifácio, editando para illeto intitulado "E agora José?" cobrando com premissas do Prefeito Municipal e que não estavam sendo cumpridas, uma exigência a reflexão, a negociação que se encontrava fechada, o que o PT não aceitava e assim encerrou sua fala." A seguir o Senhor Presidente transportou os trabalhos para o segmento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, os Projetos de Lei nºs 036 e 037/93. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Vereadores que quizessem fazer uso para explicação pessoal. Concedeu a Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Luiz Antônio de Melo Petras, abordando inicialmente o que com odirava discursos bonitos e populistas de alguns vereadores, em reuniões anteriores. Disse que em tais discursos não ficara bem claro

Apresentação da bancada de sustentação do Governador da qual fazia parte, e naquela oportunidade não tivera chance de dizer do porquê votara pela constitucionalidade de Projeto de Lei do Executivo quanto a conveniência. Disse que através de alguns, não de todos, alguns gracejos haviam sido dirigidos. Disse que o povo de Cabo Frio deveria estar atento para o discurso barato que estava se tornando comum na Câmara, falando em honestidade, luta pelo povo, mas jogando-se pedras em outros. Afirmou que alguns verdadeiros possuíam "ralo de palha", fizessem, no bom sentido, mas viviam com inquérito atrás do "ralo" dos outros, esquecendo-se de olhar os próprios "ralos". Disse que era muito gostoso participar da Sábura, usar a emoção e praticar demagogia, falando daqueles que usavam isso e aquilo para se elegerem, mas omitiam, não falavam daqueles que usam e usam as iguás. Afirmou que tais verdadeiros haviam se eleito prometendo "zero" quilômetro para o Pastor. Disse que eram os demagogos, eram os filhos de "satã", com a bíblia, fingindo para o povo, e que na próxima eleição o eleitor tenha que saber quem era sincero ao falar em nome de Deus, e aqueles que usavam e abusavam do discurso da igreja e que não deviam estar eleitos. Disse que na próxima eleição, o povo tinha que prestar muita atenção para ver se estava elegendo um homem de Deus ou o filho de satã, e assim, encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Sábura o Vereador Sílvio

Rodrigues Bento falando que na sessão anterior ao usar da Suburna Teófilo criticou a alguns companheiros e Vereadores disse que fora eleito por espulsiva parcial do povo evangélico, do que não se emvergantara, e realmente o evangélico de forma geral parecia esperando palavras mais fortes quanto à sua eleição. Sabia que na Câmara falava e criticava aquelas pessoas que em outros Governos haviam se beneficiado. Disse que não iria se intimidar, pois fora eleito para defender os interesses da coletividade, e também que as ofensas não o atingiam, pois o povo evangélico sabia de onde partiam tais palavras. Disse a seguir que o povo não era bobo, e que Sr. Baldanilha saberia dizer quem eram os beneficiados. Afirmando a seguir que jamais "passaria a perna" em alguém, desafiando quem pudesse apresentar algum fato que manchasse a reputação do Vereador Silas Rodrigues Bento, mas podia dizer que mais de duzentas pessoas poderiam afirmar que Vereador se corrompera no Governo passado. Disse que se o Vereador se dava bem no Governo anterior, continuava se dando bem no atual Governo, realmente com a "boca na teta", enquanto o servidor municipal passava fome. Disse que na reunião anterior, ao discursar, não citara nomes de Vereadores, mas quem tivesse "telhado de vidro" que se cuidasse e antes de criticarem ao Vereador Silas Rodrigues Bento, aos Vereadores deveriam cobrar do Prefeito o cumprimento de promessas eleitorais, pois até

Um  
neste momento, Cabo San estava com uma administração das mais incompetentes. A seguir ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, registrando que a Câmara observava naquela reunião, o último dia do primeiro período legislativo de 1993. Disse ser reconfortante ouvir, após seis meses, as alterações vividas pelo legislativo no período, e as diversas experiências pelas quais passaram os Vereadores no primórdio do mandato. Prosseguindo, disse que assim o Vereador ia adquirindo confiança, tranquilidade e cunha para responder a ataques e questionamentos com serenidade, como ocorrera naquela reunião um pouco antes de sua apontação em Explicação Pessoal. Acreditou que tais fatos mostravam o crescimento do Vereador ao longo da prática legislativa. Disse em prosseguimento, que no dia anterior teria participado no Município de Uiteró, de um debate juntamente com a companheira de PT, Benedita, Felmeida Student, Luiz Cláudio, da Associação de Deficientes, Sindicato dos Camelões do Rio de Janeiro, sobre direitos humanos considerando o evento dos mais precários, porque abria a cabeça, apurava ideologias e fortalecia o espírito por tais fatos, para fatos que não eram comuns no dia a dia da política cabofriense, política do interior. Comentou que muitas vezes a Plenária da Câmara era palco de debates, de controvérsias, importantes no contexto da cidade, mas disputas dentro de um círculo

vicioso, como se todos batissesem na cabeça de um mesmo pinguim, nada produzindo para o avinco da sociedade! Considerou um ponto importante no debate uma pergunta dirigida a Benedita, e pudera constatar todo o oculto cimento daquela mulher. Disse, que quando perguntaram a Benedita se não achava nada per Betinho, não estava per demais as assistencialista, tendo respondido que realmente era mais assistencialista do que ideológica, e para a campanha dar certo teria que ter o caráter assistencialista, e pela figura que era o Betinho, caso contrário, a campanha iria para o novo clientelismo de busca de votos. Enaltecendo a campanha contra a fome liderada por Betinho, disse o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, que todos deveriam apoiar o movimento, e a seguir, encerrou sua fala. Não havendo mais gradens para o uso da Tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente encerrou a Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lantasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plurária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.